

## B20 Índia: 10 Recomendações Prioritárias para a Indústria Brasileira

O tema do B20 Índia é “Negócios responsáveis, acelerados, inovadores, sustentáveis e equitativos” (R.A.I.S.E, na sigla em inglês). Com esse tema, a Índia visa discutir como a comunidade empresarial do G20 deve se esforçar para alcançar um crescimento equitativo, adotando práticas de negócios que sejam responsáveis e sustentáveis.

O B20 Índia, elaborou no âmbito das **7 forças-tarefas e 2 conselhos de ação 44** recomendações. Foram destacadas **10 recomendações de alta prioridade para a indústria brasileira** com base nas agendas de maior interesse do setor produtivo brasileiro e em consonância com as prioridades delineadas no Plano de Retomada da Indústria.

<b>Força-Tarefa Cadeias Globais de Valor Inclusivas para um Comércio e Investimento Globais Resilientes</b>	<b>Recomendação 1:</b> Identificar ações para tornar as cadeias globais de valor mais resilientes e sustentáveis para garantir um fluxo eficiente de bens e serviços.
	<b>Recomendação 2:</b> A digitalização do comércio (Trade 4.0) por meio da aplicação de tecnologias digitais avançadas que estão relacionadas com às técnicas de produção e das operações de comércio.
<b>Força-Tarefa Futuro do Trabalho, Capacitação e Mobilidade</b>	<b>Recomendação 3:</b> Acelerar a capacitação da força de trabalho para se adaptar às mudanças nas demandas da indústria
<b>Força-Tarefa Energia, Mudança Climática e Eficiência de Recursos</b>	<b>Recomendação 4:</b> Fortalecer a colaboração global para acelerar a transição para a emissão líquida zero.
<b>Força-Tarefa Financiamento para Recuperação Econômica Global</b>	<b>Recomendação 5:</b> Melhorar o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao financiamento e reduzir o custo de capital para promover o crescimento inclusivo.
<b>Força-Tarefa Transformação Digital</b>	<b>Recomendação 6:</b> Promover a transformação empresarial para micro, pequenas e médias empresas por meio do acesso a financiamento sustentável, a uma ferramenta digital específica reconhecida globalmente, e a um ambiente regulatório favorável.
<b>Força-Tarefa Tecnologia, Inovação e P&amp;D</b>	<b>Recomendação 7:</b> Estabelecer um Laboratório e Biblioteca Virtual de Tecnologia como uma plataforma para promover a colaboração transfronteiriça em pesquisa e desenvolvimento (P&D), transferência de conhecimento das melhores práticas de tecnologia e disseminação das informações mais recentes sobre recursos/fundos disponíveis globalmente.
	<b>Recomendação 8:</b> Criar um mecanismo institucional para padronizar os protocolos da Indústria 4.0 com diretrizes para acelerar a transferência de tecnologia e o compartilhamento de conhecimento sobre as melhores práticas da indústria.
	<b>Recomendação 9:</b> Promover a economia circular e práticas sustentáveis de cadeia de suprimentos, facilitando a pesquisa sobre materiais alternativos, rastreabilidade de materiais reciclados e estabelecendo padrões globais para materiais verdes.
<b>Conselho de Ação ESG nos Negócios</b>	<b>Recomendação 10:</b> Estabelecer padrões e divulgações ESG (Ambiental, Social e Governança) universalmente adaptáveis que sejam abrangentes, transparentes, inclusivos e equitativos, em todas as geografias.



## Força-Tarefa Cadeias Globais de Valor Inclusivas para um Comércio e Investimento Globais Resilientes

<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Recomendação 1:</b> Identificar ações para tornar as cadeias globais de valor mais resilientes e sustentáveis para garantir um fluxo eficiente de bens e serviços.
<b>AÇÃO DE POLÍTICA</b>	Fortalecer a resiliência sistêmica e operacional através de reformas multilaterais contínuas e cooperação internacional na redução de medidas restritivas ao comércio
<b>AVALIAÇÃO DA INDÚSTRIA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Contexto:</b> Fatores empresariais, geopolíticos e conjunturais impactam a configuração das cadeias globais de valor e sua resiliência. Isso foi notavelmente evidenciado pelas repercussões da pandemia de COVID-19 e pelo conflito na Ucrânia. Adicionalmente, as barreiras no exterior às exportações e aos investimentos têm aumentado em número e tipo, e adquirido novas formas, muitas vezes de difícil identificação, com destaque para as barreiras relacionadas à sustentabilidade, como exigências ambientais, sociais e climáticas.</li> <li>• <b>Situação no Brasil:</b> Por um lado, o impacto da pandemia e da guerra evidenciaram deficiências em cadeias de valor muito importantes para o Brasil. Por exemplo, na cadeia de valor agroalimentar, com a dependência do Brasil às importações de fertilizantes e, no setor de saúde e segurança sanitária, com problemas para acessar insumos farmacêuticos ativos e matérias e equipamentos médicos. Além disso, o Brasil foi potencialmente afetado por mais de 9.400 restrições comerciais entre 2009 e 2022. Uma série de novas medidas vem se apresentando de formas mais sofisticadas relacionadas à sustentabilidade.</li> <li>• <b>Atuação da CNI:</b> A CNI trabalha para que o governo desenvolva uma estratégia nacional de superação de barreiras enfrentadas por exportações brasileiras de bens e serviços. Essa estratégia inclui a ampliação do Brasil nas discussões em foros internacionais. Essa frente de ação se alinha com a proposta do B20 de fomentar a resiliência por meio da cooperação internacional na redução de barreiras comerciais. Atualmente, para fortalecer a resiliência de cadeias estratégicas para o país no setor de saúde e agronegócio, por exemplo, a CNI propõe mapear as fragilidades de insumos críticos, identificar mercados alternativos e reduzir a dependência nacional por importações de insumos, bens e serviços estratégicos, entre outros.</li> </ul>	
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Recomendação 2:</b> A digitalização do comércio (Trade 4.0) por meio da aplicação de tecnologias digitais avançadas que estão relacionadas com às técnicas de produção e das operações de comércio.
<b>AÇÃO DE POLÍTICA</b>	Estabelecer a infraestrutura digital necessária e a promoção da adoção de tecnologias para acelerar o comércio e a eficiência.
<b>AVALIAÇÃO DA INDÚSTRIA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Contexto:</b> Um país que almeja ser competitivo precisa reduzir os custos para que suas empresas transacionem no comércio internacional. Quando mercadorias e serviços cruzam as fronteiras, informações precisam ser transmitidas entre diversos atores, sejam eles empresas privadas ou órgãos governamentais. Quão mais fácil e ágil seja a transmissão dessas informações e dos documentos nos quais elas estão registradas, menores serão os custos de transação e mais competitivas serão as empresas que atuam no comércio internacional. Assim, a digitalização dos controles e documentos necessários para a realização de operações de comércio internacional é uma medida essencial para conferir competitividade.</li> <li>• <b>Situação no Brasil:</b> Apesar dos esforços para utilizar padrões digitais internacionais, existem padrões e boas práticas que ainda não foram adotados nos controles administrativos e aduaneiros do Brasil. Tanto a pesquisa global da ONU sobre facilitação do comércio digital quanto os indicadores de facilitação de comércio da OCDE para o Brasil apontam que o país ainda apresenta pontos de melhoria necessários para a digitalização integral</li> </ul>	

de suas operações de comércio internacional. No levantamento da ONU, destacam-se as medidas para o "comércio sem papel transfronteiriço", especialmente as que tratam do compartilhamento de declarações aduaneiras, certificados de origem, certificados sanitários e certificados fitossanitários. Já no levantamento da OCDE, destacam-se as recomendações para a melhoria da capacidade dos sistemas de TI para trocar dados eletronicamente e para a expansão do uso do despacho antecipado de mercadorias.

- **Atuação da CNI:** Para avançar com a digitalização das operações de comércio internacional do Brasil, o Plano de Retomada da Indústria da CNI propõe um conjunto de ações para desburocratizar, facilitar e modernizar o comércio exterior brasileiro. Entre elas, a CNI propõe garantir os recursos para que se cumpra o cronograma de desenvolvimento e implementação do Programa Portal Único de Comércio Exterior, além de ampliar e acelerar a implementação de documentos eletrônicos e de padrões digitais internacionalmente reconhecidos.



## Força-Tarefa Futuro do Trabalho, Capacitação e Mobilidade

<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Recomendação 3:</b> Acelerar a capacitação da força de trabalho para se adaptar às mudanças nas demandas da indústria
<b>AÇÃO DE POLÍTICA</b>	Acelerar a capacitação da força de trabalho prevendo, em primeiro lugar, as habilidades necessárias para as mudanças tecnológicas por médio de estruturas impulsionadas por tecnologia e alavancando, em segundo lugar, a tecnologia para reduzir a diferença entre a capacitação disponível e as demandas dos empregos futuros.
<b>AVALIAÇÃO DA INDÚSTRIA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Contexto:</b> A competitividade da indústria e de diversos setores econômicos está intrinsecamente ligada à educação. A rápida evolução tecnológica está remodelando os processos produtivos, demandando novas competências e habilidades dos profissionais. Tornou-se imperativo a parceria com o setor privado para proporcionar oportunidades educacionais inclusivas e alinhar a formação com os avanços científicos e tecnológicos, a fim de impulsionar o aumento da produtividade. A tecnologia desempenha um papel crucial ao harmonizar a formação profissional com as exigências do setor produtivo, identificando competências futuras e orientando a atualização dos currículos das instituições de ensino.</li> <li>• <b>Situação no Brasil:</b> Apesar de apresentar um considerável volume de investimentos em educação, o Brasil registra resultados insatisfatórios tanto em abrangência quanto em qualidade. Embora figure em terceiro lugar entre dezoito nações comparáveis em termos de despesas educacionais, o país ocupa a décima primeira posição em disseminação e a décima terceira em qualidade, num conjunto de quinze países avaliados (Competitividade Brasil 2021-2022).  No que diz respeito à educação profissional no Brasil, ainda não foram alcançados níveis de acesso e reconhecimento compatíveis com padrões internacionais. Enquanto apenas 9% dos estudantes do Ensino Médio no Brasil se encontram envolvidos em programas de Educação Profissional e Tecnológica, a União Europeia apresenta um índice de 43%, e outros países da região como Colômbia de 24%, Chile de 29% e México de 34% (Education at a Glance, 2021). Agravando ainda mais a situação, somente 23,4% dos jovens brasileiros estariam matriculados em instituições universitárias em 2020 (Pnad Contínua/IBGE).</li> <li>• <b>Atuação da CNI:</b> É fundamental estabelecer uma conexão sólida entre a educação e o mundo laboral. O Plano de Retomada da Indústria da CNI propõe, dentre outras iniciativas, a formulação de uma política nacional voltada para a educação profissional e tecnológica. Adicionalmente, busca a adaptação da oferta educacional às necessidades de médio e longo prazo dos setores produtivos, bem como a implementação de políticas públicas para a requalificação profissional e o aprimoramento contínuo dos trabalhadores. A recomendação do B20 Índia nessa esfera está perfeitamente alinhada a esse esforço, considerando que a tecnologia tem a capacidade de alinhar a formação profissional com as demandas do setor produtivo.</li> </ul>	



## Força-Tarefa Energia, Mudança Climática e Eficiência de Recursos

<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Recomendação 4:</b> Fortalecer a colaboração global para acelerar a transição para a emissão líquida zero
<b>AÇÃO DE POLÍTICA</b>	Acelerar o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias de energia limpa por meio de políticas coordenadas e de um pipeline maior de projetos de energia limpa

### AVALIAÇÃO DA INDÚSTRIA

- **Contexto:** A implementação de tecnologias e de projetos de energia limpa desempenham um papel fundamental no processo de descarbonização global. A adoção e a consolidação dessas tecnologias permitem que os países reduzam as emissões de carbono viabilizando a transição da matriz energética, estimulando a inovação e o desenvolvimento contínuo de soluções mais eficientes e acessíveis.
- **Situação no Brasil:** O compromisso do Brasil internacional é de reduzir 37% suas emissões de gases de efeito estufa até 2025 e em 50% até 2030 (ano de referência: 2005), além de atingir a neutralidade climática até 2050. O Brasil, além de administrar uma abundância de recursos naturais, se encontra na vanguarda da transição energética, com elevada participação de fontes renováveis na matriz energética (47,4% em 2022, mais que o triplo da média mundial), com perspectiva de ampliação.

Estima-se, que nos próximos 10 anos, seja necessário expandir a capacidade de geração de energia elétrica em cerca de 30%, enquanto mantém a participação de fontes renováveis em 84% (uma média mundial de apenas 29%). A estratégia de descarbonização do Brasil deve levar em conta que uma parcela significativa das indústrias extrativas e de transformação ainda é altamente dependente de fontes térmicas e/ou combustíveis fósseis.

Além disso, as soluções de bioenergia são estratégicas para o país. O Brasil deu início à sua trajetória com biocombustíveis na década de 1970, tornando a bioenergia historicamente integrada às soluções não apenas para a mobilidade, mas também para a matriz energética nacional. Mais significativo ainda, a transição para uma economia de baixo carbono demanda uma variedade de soluções, e por isso o Brasil investe em pesquisa e desenvolvimento de diferentes iniciativas de descarbonização.

- **Atuação da CNI:** O Plano de Retomada da Indústria tem como um de seus principais objetivos a construção de uma economia de baixo carbono, por meio de incentivos que promovam a descarbonização da indústria e ampliem a participação de fontes renováveis. Nessas frentes, as prioridades incluem a expansão do programa de eficiência energética na indústria, o estímulo ao desenvolvimento da cadeia de valor do hidrogênio sustentável e a regulamentação da implementação de parques de energia eólica offshore. Um elemento importante que se propõe para atingir esse objetivo é dar uma orientação de mercado mais robusta às potencialidades brasileiras, como, por exemplo, os biocombustíveis.

Nesse contexto, a recomendação do B20 está em linha com o Plano de Retomada da Indústria, porquanto o aumento da demanda real por energias limpas pode beneficiar a consolidação de várias cadeias de valor no Brasil, a fim de que o país transforme suas vantagens comparativas em diferencial competitivo no mercado internacional.



## Força-Tarefa Financiamento para Recuperação Econômica Global

<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Recomendação 5:</b> Melhorar o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao financiamento e reduzir o custo de capital para promover o crescimento inclusivo.
<b>AÇÃO DE POLÍTICA</b>	Incentivar os governos a criar fundos para melhorar as condições de financiamento visando facilitar o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao financiamento e fortalecer sua capacidade financeira.
<b>AVALIAÇÃO DA INDÚSTRIA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Contexto:</b> Ter acesso a linhas de financiamento é fundamental para a expansão de capacidade produtiva das empresas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento e crescimento da economia de um país. Isso porque esses instrumentos viabilizam investimentos, de curto e longo prazos, assim como capital de giro a esses empreendimentos e possibilitam a inserção no comércio internacional. Destaca-se que as micro, pequenas e médias empresas são os atores que globalmente enfrentam maiores dificuldades para acessar o financiamento devido ao seu custo, disponibilidade e falta de garantias, entre outros fatores.</li> <li>• <b>Situação no Brasil:</b> O Brasil é o país com a pior performance e o pior desempenho no ranking na comparação com 18 países, no que tange a financiamento, de acordo com a publicação Competitividade Brasil 2021/2022. Para pequenas e médias empresas, a obtenção de crédito é ainda mais desafiadora, dada a menor capacidade dessas empresas de oferecer garantias, que possibilitariam a mitigação do risco de crédito. Isso acentua a restrição ao acesso ao crédito, prejudicando o desenvolvimento e a expansão desses negócios, perante os desafios da transformação digital, descarbonização e inserção internacional.</li> <li>• <b>Atuação da CNI:</b> Com o intuito de mitigar as complicações derivadas desses obstáculos, o Plano de Retomada da Indústria propõe uma série de medidas para aprimorar o acesso a crédito prioritariamente para MPMEs e para exportação. Tais como, diretrizes relacionadas a garantias no processo de concessão de crédito e a reforma do sistema de crédito oficial à exportação. Outras iniciativas prioritárias no plano são a permanência dos recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), bem como do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), e a sugestão que o BNDES seja o principal agente promotor do processo de reindustrialização.</li> </ul> <p>A recomendação do B20 adquire prioridade, pois está em consonância com essas ações delineadas no Plano, buscando fomentar novas modalidades de acesso ao crédito para esse setor. Especificamente quanto a legislação brasileira, a CNI defendeu o Novo Marco de Garantias, que foi recentemente aprovado no Senado Federal e agora tramita na Câmara dos Deputados e a Reforma do Sistema de Crédito Oficial à Exportação que passa por reforma no âmbito do Executivo.</p>	



## Força-Tarefa Transformação Digital

<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Recomendação 6:</b> Promover a transformação empresarial para micro, pequenas e médias empresas por meio do acesso a financiamento sustentável, a uma ferramenta digital específica reconhecida globalmente, e a um ambiente regulatório favorável.
<b>AÇÃO DE POLÍTICA</b>	Expandir os esforços para fornecer financiamento sustentável para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) adotarem tecnologias digitais e serviços complementares.
<b>AVALIAÇÃO DA INDÚSTRIA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Contexto:</b> As novas tecnologias digitais vêm transformando a produção industrial com novos processos produtivos, produtos e modelos de negócio, tornando os modelos convencionais de produção gradualmente ineficientes. A Indústria 4.0 é cada vez mais vista como solução para o aumento da competitividade e produtividade dos países. Contudo, a adoção dessas novas tecnologias passa por diversos desafios, tais como conhecimento das novas tecnologias e suas funcionalidades, requalificação da força de trabalho, estabelecimento de uma infraestrutura de telecomunicações adequada, desenvolvimento de fornecedores e integradores dessas tecnologias e disponibilização de financiamento voltado para essas tecnologias, entre outro.</li> <li>• <b>Situação no Brasil:</b> Pesquisa da CNI mostrou que, embora 69% das empresas industriais já utilizam ao menos uma tecnologia digital, o uso ainda é incipiente. Essa situação é pior entre as médias e pequenas empresas, onde 64% e 42% adotam pelo menos uma tecnologia, respectivamente, contra 86% entre as grandes empresas. O alto custo das novas tecnologias digitais é apontado como a principal barreira externa à adoção das tecnologias na pesquisa citada. O financiamento é, portanto, elemento-chave no sentido de incentivar as empresas a adotarem essas novas tecnologias.</li> <li>• <b>Atuação da CNI:</b> Uma das missões prioritárias do Plano de Retomada da Indústria é a Transformação Digital. O objetivo é capacitar as empresas brasileiras, em especial, as pequenas e médias empresas, para que possam ampliar sua escala de mercado e, assim, habilitar-se a participar de cadeias globais de fornecimento. A missão de Transformação Digital se desdobra em programas. Os programas visam oferecer soluções para as diversas barreiras à adoção das novas tecnologias digitais e à modernização dos processos produtivos. A recomendação do B20 está, portanto, aderente à realidade das empresas brasileiras, em linha com as recomendações feitas pela CNI no Plano de Retomada da Indústria, contribuindo para enfrentar desafios atuais do cenário global, como o da digitalização.</li> </ul>	



## Força-Tarefa Tecnologia, Inovação e P&D

<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Recomendação 7:</b> Estabelecer um Laboratório e Biblioteca Virtual de Tecnologia como uma plataforma para promover a colaboração transfronteiriça em pesquisa e desenvolvimento (P&D), transferência de conhecimento das melhores práticas de tecnologia e disseminação das informações mais recentes sobre recursos/fundos disponíveis globalmente
<b>AÇÃO DE POLÍTICA</b>	Criar um conselho de gestão com representantes do G20 e B20 para supervisionar o desenvolvimento e financiamento de uma plataforma virtual de laboratórios e bibliotecas digitais. Especialistas globais seriam designados para colaborar em laboratórios virtuais e promover a inovação conjunta.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Recomendação 8:</b> Criar um mecanismo institucional para padronizar os protocolos da Indústria 4.0 com diretrizes para acelerar a transferência de tecnologia e o compartilhamento de conhecimento sobre as melhores práticas da indústria
<b>AÇÃO DE POLÍTICA</b>	Criar programas de aceleração da Indústria 4.0 para transferência de conhecimento e tecnologia por meio de workshops e eventos tecnológicos.
<b>AVALIAÇÃO DA INDÚSTRIA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Contexto:</b> A inovação é a única garantia de dinamismo para as economias no longo prazo. Por meio dela se aumenta a produtividade com maior racionalidade no uso de recursos humanos e naturais. A promoção da inovação tecnológica e P&amp;D por meio de instrumentos e plataformas digitais para colaboração global, poderá oportunizar novos modelos de colaboração global e facilitar o intercâmbio de tecnologias e pesquisa.</li> <li>• <b>Situação no Brasil:</b> O Brasil atualmente apresenta um baixo volume de investimentos em inovação, na comparação com outros países do mundo. Entre 132 economias, o Brasil ocupa a 54ª colocação no ranking do Índice Global de Inovação (GII) 2022. No entanto, o Brasil tem muito potencial inexplorado para melhorar ainda mais seu ecossistema de inovação. Em 2021, o Brasil ocupou a 14ª posição em produção científica. Apesar dessa demonstração positiva, o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&amp;D) do Brasil representou apenas 1,14% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2020. Enquanto as principais economias costumam investir acima de 3% de seu PIB, em P&amp;D.</li> <li>• <b>Atuação da CNI:</b> O desenvolvimento produtivo científico e tecnológico requer reforçar o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação. Para isso, a CNI tem um conjunto de ações que visam produzir uma maior interação entre empresas e outros atores relevantes, de modo a dinamizar a inovação empresarial, como evidenciado no âmbito da Mobilização Empresarial pela Inovação, coordenada pela CNI. O avanço nessa área requer um ambiente econômico, institucional e regulatório propício. As propostas do B20 alinham-se aos objetivos da CNI, uma vez que envolvem a criação de uma plataforma virtual que oferece acesso à expertise global e recursos tecnológicos. Isso beneficiaria as empresas brasileiras. Além disso, a ideia de programas de aceleração converge com o esforço da CNI para vincular educação e trabalho, visando qualificar a força de trabalho e promover a capacitação empresarial.</li> </ul>	
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Recomendação 9:</b> Promover a economia circular e práticas sustentáveis de cadeia de suprimentos, facilitando a pesquisa sobre materiais alternativos, rastreabilidade de materiais reciclados e estabelecendo padrões globais para materiais verdes.



<p><b>AÇÃO DE POLÍTICA</b></p>	<p>Criar um 'Passaporte Digital de Materiais' para rastrear a origem e reutilização/reciclabilidade dos materiais. Criar programas de pesquisa para processos verdes e reutilização. Colaborar com a academia para desenvolver currículos sobre economia circular. Criar um mercado para matérias-primas verdes e recicladas através de parcerias.</p>
<p align="center"><b>AVALIAÇÃO DA INDÚSTRIA</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Contexto:</b> A economia circular consistem em um sistema econômico que utiliza uma abordagem sistêmica para manter o fluxo circular dos recursos. A circularidade contribui para os esforços da redução das emissões de gases de efeito estufa por meio de diversas iniciativas relacionados à circularidade como ecodesign, redução dos desperdícios, recuperação de valor dos recursos e otimização de processo.</li> <li>• <b>Situação no Brasil:</b> O Brasil ainda não estruturou uma estratégia nacional de economia circular. A incorporação de princípios da economia circular nas políticas públicas é incipiente e se apresenta de maneira difusa em várias regulações. O Brasil carece também de uma base de dados governamental que facilite a análise e a obtenção de informações para subsidiar decisões sobre o uso estratégico de recurso.</li> <li>• <b>Atuação da CNI:</b> A CNI trabalha para instituir uma política nacional de economia circular que seja capaz de promover a gestão estratégica dos recursos naturais e pavimentar o caminho de transição para a economia circular. Também propõe um conjunto de medidas para simplificar a operação do sistema de logística reversa para acelerar as ações circulares de tratamento de resíduos.</li> </ul> <p>As ações propostas pelo B20 se alinham de maneira significativa com as propostas da CNI, facilitando a informação sobre recursos e matérias, os sistemas de logística reversa e a P&amp;D nessa área.</p>	



## Conselho de Ação ESG nos Negócios

<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>Recomendação 10:</b> Estabelecer padrões e divulgações ESG (Ambiental, Social e Governança) universalmente adaptáveis que sejam abrangentes, transparentes, inclusivos e equitativos, em todas as geografias.
<b>AÇÃO DE POLÍTICA</b>	Adotar um conjunto padrão de definições/taxonomias para garantir estruturas ESG harmonizadas e transparentes para divulgações, relatórios e classificações.

### AVALIAÇÃO DA INDÚSTRIA

- Contexto:** Dois dos principais desafios da agenda ESG estão relacionados a padrões de relato ESG e à maior clareza do que sejam atividades, ativos e/ou projetos com objetivos ambientais e/ou sociais (taxonomia). Quanto ao primeiro ponto, o gargalo está na falta de equidade no *disclosure* de aspectos de sustentabilidade, o que dificulta a comparabilidade entre as demonstrações de resultados das organizações, bem como a falta de integração entre as informações ESG, financeiras e contábeis desses reportes. No que se refere à taxonomia, este sistema de classificação vem sendo considerado ferramenta prioritária para fundamentar qualquer mercado de finanças sustentáveis, uma vez que define critérios técnicos para se avaliar a contribuição de ativos, projetos e/ou atividades a objetivos ambientais e sociais
- Situação no Brasil:** Pertinente ao relato ESG, apenas as companhias de capital aberto (reguladas pela CVM) são hoje obrigadas a informar de que forma vêm integrando os critérios ESG em seus negócios, no modelo “relate ou explique”. A partir de 2023 (com efeito nos relatórios divulgados em 2024), todas as companhias que possuam indicadores relacionados a aspectos ESG deverão divulgá-los (assim como informar se realizam inventários de emissões Gases de Efeito Estufa); já as que optarem pelo não relato, deverão indicar as razões para tal decisão.

Em relação à taxonomia, o Brasil ainda não possui uma proposta unificada. No entanto, a criação de uma taxonomia para finanças sustentáveis é uma das iniciativas prioritárias do plano de transição ecológica sob a coordenação do Ministério da Fazenda. Vale destacar, a existência da Taxonomia Verde elaborada pela Febraban que já começa a realizar uma classificação das atividades econômicas buscando a mensuração do crédito bancário destinado para a economia verde.
- Atuação da CNI:** A agenda ESG da CNI possui três pilares: 1) Conhecimento, visando disseminar conceitos ESG para equidade de entendimento; 2) Mobilização, para engajar o mercado financeiro em soluções de finanças sustentáveis para a indústria; e 3) Qualificação, buscando identificar gargalos e capacitar PMEs para acelerar suas jornadas ESG. A Rede ESG da Indústria, com representantes de 21 federações estaduais e 11 associações setoriais, amplifica essa ação. Além disso, A CNI representa a indústria em fóruns de debate relacionados a finanças sustentáveis e ESG como: o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos Sustentáveis (CBPS); o Laboratório de Inovação Financeira (LAB); e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/CEE 256).